

INTELIGÊNCIA

Indicado de Lula passa, apesar da desconfiança

Novo diretor da Abin, ainda sob a sombra do 8/1, é aprovado por unanimidade

» TAÍSA MEDEIROS

O Senado aprovou, ontem, por unanimidade, o nome do delegado federal Luiz Fernando Corrêa para o cargo de diretor-geral da Agência Brasileira de Inteligência (Abin). Foram 16 votos a favor e nenhum contra na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Casa.

Corrêa foi escolhido por Luiz Inácio Lula da Silva, mas a sabatina foi adiada por conta de impasses relacionados aos nomes que vinham no bojo da indicação do presidente da República: o do delegado Alessandro Moretti, ex-diretor de Inteligência da Polícia Federal e do Ministério da Justiça e Segurança Pública até janeiro — mês em que ocorreram os ataques terroristas às sedes dos Três Poderes, no dia 8; e o de Paulo Maurício Fortunato Pinto, ex-diretor do Departamento de Contrainteligência da Abin até 2008 e que, agora, é secretário de Planejamento e Gestão da agência. Os dois são acusados de serem apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro e de terem íntimas ligações com o sistema de segurança e inteligência do governo anterior.

O novo diretor-geral da Abin, porém, os defendeu e procurou afastar a ideia de que sejam bolsonaristas. Sobre Moretti, “com a eleição, saiu um outro resultado e o servidor público está em sua posição — compromisso com o resultado da urna”. No caso de Fortunato, salientou que “foi afastado de um cargo de confiança, como em qualquer momento. Ele tem experiência operacional”.

Advertência

A Abin ainda vive sob a sombra de ter sido acusada de conivência, por alguns, ou de ter sofrido um “apagão” como o restante do sistema de inteligência do governo federal — como insistem outros —, em relação ao 8 de janeiro. Presidente da comissão, o senador Renan Calheiros (MDB-AL) deixou claro que não se pode considerar como superada a tentativa de golpe de Estado

Roque de Sá/Agência Senado



Corrêa (observado por Renan e com Randolfe Rodrigues ao fundo) apresentou a base da atuação que terá na Abin



A quem compete coordenar e centralizar o trabalho de inteligência, e orientar corretamente o presidente da República, quem falhou, a sobreposição, conflitos, se foi um erro coletivo ou individual. Essas e outras indagações ainda não foram suficientemente esclarecidas. O 8 de janeiro não terminou”

Senador Renan Calheiros (MDB-AL), alertando o delegado Luiz Fernando Corrêa sobre o papel da Abin no 8 de janeiro

tramada pelos bolsonaristas — sobretudo porque crescem os indícios de que uma rede foi armada dentro do Palácio do Planalto para o estabelecimento de um regime de força.

“A quem compete coordenar e centralizar o trabalho de inteligência, e orientar corretamente o presidente da República, quem falhou, a sobreposição, conflitos, se foi um erro coletivo ou individual. Essas e outras indagações ainda não foram suficientemente esclarecidas. Por isso tudo, o 8 de janeiro ainda não terminou”, advertiu.

O senador lembrou, ainda, a demissão do ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional, general Gonçalves Dias — que também comandava a Abin —, que teve impacto também na agência. Isso porque, no início de março, o órgão deixou de estar sob o guarda-chuva do GSI e passou para a estrutura da Casa Civil.

Correia reconheceu que a desconfiança permanece e, por causa disso, procurou explicitar as ações que planeja à frente da agência. Tal como a prevenção ao extremismo violento

ideologicamente motivado, por meio da identificação e monitoramento de indivíduos e grupos com ideologias que atentam contra o Estado Democrático de Direito.

Outro foco da futura gestão da Abin se refere à segurança cibernética, especialmente no âmbito da prevenção à ameaça eletrônica. Também estará no escopo de atuação da agência a reunião de dados sobre os impactos das mudanças climáticas, a segurança alimentar e as exportações. Isso porque, conforme observou, há uma cadeia criminosa que se serve do descontrole e da pouca vigilância na área do meio ambiente.

“A Abin deverá ser capaz de reunir, analisar e conectar informações de uma ampla variedade de fatores, que em seu conjunto impactam cenários interligados de modo complexo, como produção de soja, criação de gado, exportação de carne, desmatamento da Amazônia Legal, garimpo ilegal, trabalho escravo, chuvas, enchentes, capacidade de geração, capacidade de geração elétrica nas suas variadas matrizes”, enumerou.

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



Luizazedo.df@dabr.com.br



O governo e três derrotas anunciadas

Na quarta-feira à tarde, durante uma conversa com jornalistas no cafezinho da Câmara, o ex-senador petista Paulo Rocha (PA) sentia o cheiro de animal ferido: “não estou gostando do que estou sentindo por aqui, o Alexandre Padilha (ministro das Relações Institucionais) precisa frequentar mais o Congresso”.

Ontem, depois da derrota do governo na Câmara, que derrubou o decreto que alterava o marco regulatório do saneamento, Luiz Inácio Lula da Silva praticamente repetiu as mesmas palavras, ao discursar na reunião do Conselho — integrado por empresários, líderes sindicais e outros representantes da sociedade. A formação do fórum foi uma ourivesaria de Padilha, mas o ministro deixou desguarnecida a própria retaguarda. Foi advertido pelo presidente da República de que deveria mostrar a mesma competência no Congresso.

Relator do substitutivo que derrubou o marco do saneamento, o líder do Cidadania, Alex Manente (SP), que comanda uma bancada de apenas quatro deputados, articulou a manobra que pegou de surpresa o líder do governo na Câmara, José Guimarães (PT-CE), que ficou vendido na hora da votação. No primeiro teste importante para o Executivo, o governo teve apenas 136 votos, num universo de 513 deputados. Votaram contra o Palácio do Planalto 295 deputados, ou seja, número suficiente para inviabilizar qualquer proposta do governo. As bancadas do MDB, do PSD, do União Brasil, e até do PSB, que tem nove ministros na Esplanada, votaram maciçamente contra o governo.

Desde quando o decreto foi publicado, o mal-estar na Câmara era grande. Por dois motivos: primeiro, o novo marco sanitário foi fruto de muita discussão e negociação; segundo, ao fortalecer as antigas companhias estaduais de saneamento, o decreto estava na contramão do processo de privatização do setor.

“Estamos sustando a contratação de estatais em diversos estados sem licitação e a possibilidade de contar situações irregulares como parte da capacidade econômica”, argumentou o relator.

O assunto mexe diretamente com os interesses e alianças locais dos deputados, porque as privatizações estão se dando com o empoderamento de municípios grandes e médios, que formam consórcios locais, numa complexa negociação que envolve as antigas estatais — algumas das quais já privatizadas —, as novas empresas privadas de saneamento e as prefeituras, porque a titularidade do saneamento é municipal, embora o fornecimento da água seja estadual. Na prática, o novo marco do saneamento organizou um setor privado bastante capilarizado, com poder igual ou superior ao das empresas de transportes coletivos e de coleta de resíduos sólidos na política local.

Mais recados

Representante da classe média de São Bernardo, onde tem sua principal base eleitoral, Manente é um parlamentar experiente, acostumado aos embates com o PT desde os tempos de vereador em sua cidade. Entretanto, jamais teria êxito na votação, que entrou em pauta de última hora, sem combinar com o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), que o governo seria derrotado. Para uma oposição na ofensiva, que comemorava o adiamento da votação da chamada Lei das Fake News, e uma base parlamentar insatisfeita, a derrubada do decreto era um prato feito, uma derrota anunciada. O governo metera a mão numa cumbuca que não mais lhe pertencia.

Há duas outras matérias nas quais o Palácio do Planalto tem limitadas possibilidades de vitória: o retorno do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) à estrutura do Ministério da Fazenda e a extinção da Fundação Nacional de Saúde (Funasa), ligada ao Ministério da Saúde. No primeiro caso, será um recado para o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, de apoio ao presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto, que ontem foi novamente criticado por Lula. No segundo, o alvo é ministra da Saúde, Nísia Trindade, porque a instituição atende 1.500 comunidades — entre as quais as indígenas —, porém sempre foi um feudo da Câmara, porque mexe com interesses políticos locais.

A derrota de quarta-feira e as que virão nas próximas medidas provisórias revelam a desarticulação da base governista na Câmara e, sobretudo, a insatisfação de Lira. O conceito da articulação da base do governo, revelado na formação do bloco MDB-PSD-Republicanos-Podemos-PSC, era conseguir uma maioria simples sem depender do presidente da Câmara. Deu errado.

A atuação do ministro da Casa Civil, Rui Costa, na Esplanada, também enfraqueceu os laços dos ministros e parlamentares dos partidos aliados. A culpa não é só do ministro Padilha.

Livro

A editora Boitempo lança, hoje, às 19h, na Livraria Circulares (CLN 313, Bloco A, Asa Norte), a coletânea *Brasil sob escombros: desafios do governo Lula para reconstruir o país*, organizada por Juliana Paula Magalhães e Luiz Felipe Osório.

DIPLOMACIA

Embaixadora aprofunda conexão Brasil-EUA

» VICTOR CORREIA

Ao fazer um balanço da visita ao país e das reuniões que teve com integrantes do primeiro escalão do governo, a embaixadora dos Estados Unidos na Organização das Nações Unidas (ONU), Linda Thomas-Greenfield, considerou que foi dado mais um passo para o estreitamento das relações entre Brasil e Estados Unidos. Ao *Correio*, disse que a conexão entre Brasília e Washington tem muito a avançar, sobretudo nos campos da igualdade racial e do meio ambiente.

“Conversamos sobre muitas questões que temos em comum. Somos as duas maiores democracias nesta região e temos em comum a nossa diversidade. O presidente Lula e o presidente (Joe) Biden conversaram muito sobre o que podemos fazer juntos para trabalhar questões como a igualdade racial e inclusão. E sobre o que podemos fazer em relação às mudanças climáticas”, salientou.

A diplomata se reuniu com o chanceler Mauro Vieira, com a ministra da Igualdade Racial, Anielle Franco, com o assessor para assuntos internacionais da Presidência da República, Celso Amorim, e com a primeira-dama, Rosângela da

Victor Correia/CB/D.A. Press



Linda Thomas-Greenfield (de azul) chega ao abrigo Aldeias Infantis: estreitando ainda mais os laços

Silva, a Janja. No Ministério das Relações Exteriores, três temas dominaram a pauta: a cooperação para promover a democracia e os direitos humanos, a segurança regional — como os casos do Haiti, mergulhado em profunda crise social e em estado de pré-guerra civil, e a Venezuela, cujo governo mantém estreitas relações com Cuba e Rússia — e a posição brasileira sobre a invasão da Ucrânia pelas tropas de Moscou.

Cooperação

Em relação à igualdade racial, a embaixadora esteve em Salvador, onde anunciou, ao lado da ministra Anielle Franco, a retomada do Plano de Ação Conjunta para Eliminar a Discriminação Racial (Japer, na sigla em inglês). Ela lembrou que o programa foi assinado há 15 anos, e disse ser o momento de retomá-lo.

Greenfield visitou, ontem, o abrigo para famílias em

vulnerabilidade ao lado do encarregado de negócios dos EUA no Brasil, Douglas Koneff, acompanhada por uma equipe da embaixada americana, da Agência da ONU para Refugiados (UNHCR, em inglês) e por jornalistas de veículos internacionais.

Ela também visitou a sede de Aldeias Infantis SOS em Brasília, na Asa Norte, que atende famílias e crianças em situação de vulnerabilidade — inclusive refugiados venezuelanos.